



* Manoel Bueno Brito
(Nequito) é ensaísta, poeta e
foi professor da UFG, entre
1968 e 1992. Foi Vice-Diretor/
Diretor do ICHL.

UNIVERSIDADE, A RESISTÊNCIA ATUANTE

Manoel Bueno Brito (Nequito)*

A universidade brasileira, cujo parâmetro é o sistema público federal de Ensino Superior, submetendo-se a fatores externos do seu enfraquecimento, tem abandonado o espírito de resistência, com a provável finalidade de garantir para si pelo menos uma sobrevivência precária. E não é igualmente provável tratar-se de uma política, que se justificasse, por exemplo, como indicação de sintonia e postura solidária com o povo, em face de suas condições de vida, condições, aliás, mais que precárias. Seria mais uma forma de acomodação e sujeição a problemas e interesses imediatos, enquanto os casuísmos emergenciais direcionam um comportamento às vezes apenas aparentemente acadêmico para um vínculo mais simulado que efetivo com a 'modernidade' ou a 'pós-modernidade', meros rótulos - falta-lhes a consciência presente na atualidade da existência - que, comprometidos por conceitos pouco claros, seriam dotados de poderes mágicos que, à simples menção, bastariam para remover o atraso arraigado da mentalidade mais empedernida.

«O que faz ou deve fazer a Universidade, como intérprete de necessidades, direitos e aspirações do povo, valendo-se ela do saber - sua matéria e substância e, assim, referência de seu papel político - é assumir a honrosa responsabilidade de contruir e exercer a verdade sem o poder, opondo-a, se necessário, como disse Foucault, a qualquer poder sem a verdade.» Manoel Bueno Brito (Nequito)

Ora, uma instituição como a Universidade não pode descaracterizar-se ao ponto de vir a tornar-se aliada dos casuísmos, que acabam mantendo as condições de atraso em que vive a sociedade a que deve servir. O mais grave, todavia, é que há claros indicadores de que essa questão preocupa a instituição pouco mais que superficialmente, talvez por faltar dentro dela consciência bastante da simulação, enquanto não há percepção clara sobre nível e espécie de cumplicidade. Em síntese, a cumplicidade ocorre entre uma forma de presença, isto é, de atuação (também na omissão) meramente burocrática e a manutenção, conseqüente, das situações de iniquidade. A partir daí, propaga-se aquela visão pouco nítida, não mais casual e próxima mesmo à cegueira, que já não favorece sequer aos poucos que podem enxergar, pesando então a malícia - está em visar ao benefício apenas dos que vêm - contra o seu próprio excesso. É que no interior desse quadro configura-se um dilema: admitindo-se que esse cenário obscuro seja aceitável, à vista da incipiente história do Ensino Superior no Brasil, torna-se indispensável e urgente compreender, em contrapartida, que a Universidade, devendo servir a este povo tão sofrido, excluído e desorientado, não tem mais o direito de justificar com isso aquele modo de inocência. Isto é, ela não tem o direito de não perceber que os casuísmos são falsos elementos de uma aparente modernidade, que em nada altera a situação de penúria e humi-

lhação que se perpetua, para o constrangimento e o desespero do nosso povo.

Com efeito, *pós-modernidade* é rótulo freqüente entre os modismos da retórica brasileira, ao lado de *ética*, por exemplo, geralmente acontecendo com uma e outra serem proclamadas onde são mais ausentes - segundo certo costume de recorrer a esse tipo de recurso, normalmente para esconder a realidade oposta. Em caso como esse da decantada *modernidade* - invariavelmente se lhe segue a *eficiência* na *competitividade*, no *contexto do mundo globalizado em que vivemos* - vê-se que aquilo que quase sempre é mero chavão de época coexiste com a mentalidade inoculada por persistente ojeriza ao progresso, especialmente hostil ao progresso social. Trata-se, assim, de uma maneira de reciclar o discurso a fim de dissimular a prática de manutenção e fortalecimento de um modo espoliador de civilização, que parece pretender perpetuar-se, com insensatez autofágica.

Veja-se, por exemplo, a situação da Educação e da Ciência, no Brasil, diante do primeiro conceito. Se uma e outra fossem, de fato, consideradas instrumentos de vanguarda da modernidade, outro seria o tratamento dispensado ao ensino dito superior e à pesquisa científica. Na verdade, tem predominado, ao longo do tempo, com alguma exceção para confirmar a regra, um regime de sobrevivência precária e humilhante, aliado à incoseqüência do mau uso, advindo do descaso e até da hostilidade que lhes devota o mais subterrâneo obscurantismo. De verdade, nem o Ensino Superior digno do nome, nem a falta do necessário zelo pelo desenvolvimento científico se encaixam numa perspectiva de modernidade que vá além da falácia, para merecer algum crédito.

Torna-se fato corriqueiro aliar-se à falácia da modernidade outra

em torno de práticas de aparência ética. Ocorre que, quase sempre, na realidade, cria-se uma ética circunstancial, com o fim de dar ares de respeitabilidade ao que é moralmente inaceitável. Ética para consumo imediato, confia-se na impressão do nome, uma vez que é preciso, por exemplo, evitar que se perceba que o fascínio da modernidade contorna e despreza, quando convém ao poder e à riqueza, questões incômodas referentes às suas origens e fins. Então, manipula-se o conceito de modo a evitar que a consciência ética passe a ser elemento intrínseco de cultura, com os riscos que isso representa para estruturas carcomidas, mas intocáveis para o modo de civilização que se estabeleceu e que irá se defender a qualquer custo. Para isso, há mitos acessórios disponíveis, com o poder de convencimento que lhes confere os rituais cultivados, na civilização. Mas, se de tudo isso não for suficiente, tira-se a máscara e recorre-se à força bruta, cuja resposta já está aí imposta na barbárie que a moral de superfície teima em não compreender, avestruzmente. Essa modernidade, que, como se vê, dispõe de sua ética de consumo próprio, tem fins imediatos e periféricos. Em todo caso, não deixa de ser curioso o artifício empenhado na construção de uma modernidade científica, técnica e estética que esteja pretendendo evitar uma correspondente modernidade ética que possa presidir um reexame, para um reordenamento, dos critérios da civilização.

Para a mente esclarecida, ine-

vitavelmente progressista, o esforço sério de compreensão desse jogo obscuro é um exercício perturbador e até mesmo doloroso. É que parece ser o maior contrasenso dessa estranha concepção de modernidade a histórica aversão, que prevalece entre os donos do poder e da riqueza, pelo progresso social efetivo, o que se traduz em resultados materiais básicos visíveis, servindo concretamente ao usufruto da nação real, de maneira que também a cidadania não termine em mais uma falácia, mas construa-se ao conquistar, como reconhecimento de um direito de co-autoria, os bens decorrentes da prosperidade.

No Brasil, a modernidade, porque mais simulada que efetiva, não consegue superar esse tipo de ideologia da servidão. Segundo o modo de civilização e de colonização peculiar, cristalizou-se uma idéia tão atrasada de progresso, que ela não comporta a maior parte da nação. As "elites" (quanto a riqueza, poder, ou saber obscuro?) impõem a exclusão, não só no uso, mas, também, na participação construtiva. O medo - ou será incapacidade? - de universalizar os bens acumulados pela civilização constitui o paradoxo dessa simulação de modernidade decantada pela mentalidade mais empedernida.

Vê-se, por fim, que estamos diante de questões cruciais de uma mínima lógica cultural e política, ou diante de sua carência, pois,

- como conciliar essa espécie de 'crença' cultural na predestinação para a miséria, que degrada a vida de grande parte segregada da nação, com uma concepção convincente e respeitável de modernidade?

- como construir uma nação, com o ingrediente da paz por que se clama hoje, por meio da hostilidade da segregação social, ou sobre o pressuposto mal disfarçado da insuperável inutilidade dos segregados? isso não é declarar definitivamente inviáveis a superação da miséria vergonhosa e o rompimento dos grilhões da servidão, que ainda prendem nos mesmos subterrâneos e nas cadeias do atraso o espoliado ao espoliador, a vítima ao algoz, ambos desumanizados, um pela ignomínia de que é vítima, o outro pela crueldade que pratica?

- negar-se-ia, então, a possibilidade da existência de uma Pátria comum (Rui Barbosa teria errado ao dizer que "a Pátria não é ninguém são todos", ou isso foi dito apenas por dizer, segundo velho costume?), uma vez que nela se separam, como se fosse tragédia incontornável, uns poucos filhos opulentos de incontáveis párias deserdados, até do direito à esperança?

Se atalhássemos alguns caminhos e se deixássemos para trás e de lado algumas estações (é a questão intermediária das encruzilhadas), caberia perguntar, por específica e inevitável pertinência quanto ao papel da Universidade brasileira nesta questão política, de que não pode ausentar-se, nem omitir-se:

- o que a Universidade tem com isso?

A resposta seca, à altura da sem-cerimônia da pergunta, é:

- Tem muito ou tudo a ver.

É bem verdade que os poderes subterrâneos, com suas obscuras noções de patriotismo, gostariam que não tivesse, de modo que nenhuma instância esclarecida assumisse a responsabilidade de interpretar e mediar a realização de necessidades, direitos e aspirações do povo. Aliás, esses mesmos poderes não sabem - talvez nunca tenham gostado de saber - como usar a Universidade na perspectiva da construção de desenvolvimento e autonomia do país. Não deve ser casual o fato de que este último conceito vem sendo deturpado como falácia, sendo aplicado à Universidade para livrarem-se da responsabilidade de mantê-la como instituição necessária. Ignora-se (?) que o descaso com o meio corresponde ao descompromisso e à perda da finalidade. A indiferença que cai sobre ela, como menosprezo e humilhação, representa o próprio descaso e desprezo com o futuro do país.



Entretanto, em última análise, o que faz ou deve fazer a Universidade, como intérprete de necessidades, direitos e aspirações do povo, valendo-se ela do saber - sua matéria e substância e, assim, referência de seu papel político - é assumir a honrosa responsabilidade de construir e exercer a verdade sem o poder, opondo-a, se necessário, como disse Foucault, a qualquer poder sem a verdade. Essa é parte substancial de seu aprendizado, onde está também toda a grandeza do que ensina, como fulcro da educação, fundamentalmente uma questão ética, que lhe compete ministrar. Esse é o centro de sua autoridade moral. E é nisso que consiste a resistência atuante da Universidade.

A declaração de minha crença na Universidade quanto a ser e poder tudo isso - está em sua consciência que o saber sob sua responsabilidade é o que ela tem a oferecer na construção de um país onde a vida seja mais digna, decente e justa - é a homenagem que lhe presto e que lhe peço que aceite, com a devida vênia, por intermédio da Universidade Federal de Goiás, ao ensejo dos seus respeitáveis 40 anos de fundação e existência.

Uma vez que essa crença pesa sobre todos os que viveram e vivem a Universidade - professores, alunos, funcionários e alma do povo - a cada um homenagem e peço

Ilumina

*Não há treva suficiente
Para um olhar assim de sol
Que se infiltra na noite.*

*Mas se chegar outra hora
Com o viés de dor sem fim,
Dá-lhe, sem dó nem piedade,*

*A áurea boreal que te guarda
E a luz das estrelas cadentes
Que espalhas viagem a fora*

(elas saciam a vertigem do infinito,

*desafiam olhos que não imaginam,
salvam as almas no encantamento).*

*Anuncia com os clarins da aurora
O regresso do exílio. Abre a porta:
É hora da ceia aos filhos pródigos.*

*Águas de volta ao leito do rio,
Eles sabem de terras encantadas,
E lá longe, por onde navegavam*

*(velas e lemes partidos nas tormentas,
as bússolas no começo da invenção
banidos de portas e portos, interditos),*

*ainda dormem peixes nas pedras;
nas locas vivem reservadas raízes,
e se derramam raios nas cavernas.
Solidão? Mostra-lhe o que tens de ave
Que alça vôo e se anuncia das alturas,
Os olhos guardados, uma vez a
montanha*

*(vale que não se esqueçam fronteiras
entre ninho e fonte na orla da mata
e caminho livre no encanto das asas).*

*Vê que tudo ainda nos pertence,
Nossa medida é que não sabemos
Mas as coisas todas nos cabem:*

*Elas já preexistiam, advertidas
Da ansiedade - e fingidamente albeias.
Mas, de suaves a ásperas, e silenciosas,
Elas vertem ternura em materno estado
E esperam os que se perdem e clamam
No fundo da selva (que fazem) obscura.*

*Seguem os vestígios do rio. Após o fogo,
Um dia, as águas, estreladas e cheirosas.
Como esquecer as margens povoadas?*

*E os que acenam da fome na boca da
noite?
E os que te amam e te chamam pelo nome
Acendendo as fogueiras da vigília?*

*Se ninguém sai sem te levar pela
mão,
Clareia o beco, a ladeira, a esquina.
Ilumina estes sinais na longa estrada.*